REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 4, n. 2, jan-jul. 2018.
Missões

COOPERAÇÃO SUL-SUL NO CAMPO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: CONCEITOS E PRÁTICAS EM CONSTRUÇÃO

SOUTH-SOUTH COOPERATION IN THE FIELD OF BRAZILIAN EXTERNAL POLICY: CONCEPTS AND PRACTICES UNDER CONSTRUCTION

Oreste Preti[1]
Cristiano Maciel[2]

Resumo: No final do século passado e início deste, sobretudo durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reacende-se e instaura-se o discurso da Cooperação Sul-Sul (CSS), também nomeada de Cooperação Horizontal ou Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. Neste artigo, a partir de revisão bibliográfica, procuraremos apresentar algumas destas compreensões, do que se tem produzido sobre Cooperação Sul-Sul, quais os discursos sobre este tipo de cooperação e, de maneira particular, no campo da educação. Cabe salientar que há poucos estudos sobre esta modalidade de cooperação técnica e, menos ainda, no campo da educação. Esta metanálise inicial é parte do nosso estudo de tese: "Cooperação Técnica Internacional em Educação a Distância: o caso da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique" que tem como objetivo analisar as percepções dos gestores moçambicanos e brasileiros envolvidos no Programa sobre a cooperação realizada.

Palavras-Chave: Política Externa; Política Externa Brasileira; Cooperação Sul-Sul; Países de Língua Oficial Portuguesa.

Abstract: At the end of the last century and beginning of this century, especially during the government of President Luiz Inacio Lula da Silva, the South-South Cooperation (CSS) speech, also known as Horizontal Cooperation or Technical Cooperation between Countries in Development. In this article, based on a bibliographical review, we will try to present some of these understandings, what has been produced on South-South Cooperation, what discourses on this type of cooperation, and particularly in the field of education. It should be noted that there are few studies on this type of technical cooperation, and even less in the field of education. This initial meta-analysis is part of our thesis study: "International Technical Cooperation in Distance Education: the case of the Open University of Brazil in Mozambique", which aims to analyze the perceptions of Mozambican and Brazilian managers involved in the Program on cooperation.

Keywords: Foreign policy; Brazilian foreign policy; South-South Cooperation; Countries of Portuguese Official Language.

INTRODUÇÃO

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, membro do Grupo Laboratório de Estudos sobre Tecnologia da Comunicação e da Informação em Educação -LêTece.
[2] Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, vice-coordenador do Grupo LêTece.

No início deste século programas governamentais considerados exitosos, sobretudo no campo da educação, como o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) que começaram a ser implementados e implantados pelo governo brasileiro em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop).

No campo da educação, houve a oferta do curso de nível médio a distância, o Programa de Formação de Professores em Exercício (ProFormação, criado em 1999), em São Tomé e Príncipe, Timor Leste (2005), Guiné-Bissau (2007) -, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC).

Angola, Moçambique, Cabo Verde e Haiti, posteriormente, passaram também a desenvolver projetos semelhantes ao Pnae, em parceria com o Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em 20 de julho de 2010, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a lei nº 12.289 instituindo a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) como Universidade Pública Federal. Nesse mesmo ano, solicitou a expansão da Universidade Aberta do Brasil (UAB) para os países de Língua Portuguesa, na África (uma espécie de UAB África), iniciando por Moçambique, onde o Brasil tem presença mais significativa com projetos nas áreas da saúde, da agricultura, da exploração mineral[3]. O que ocorreu com a promulgação da Portaria Normativa do MEC n. 22 (16.10.10).

Havia vontade política por parte do governo brasileiro em estabelecer laços mais fortes com países africanos de Língua Portuguesa[4], oferecendo diferentes tipos de serviços e apoio financeiro, sobretudo no campo da educação. Segundo o então presidente Lula: "Nenhum tema é tão capaz de unir e transformar um país quanto a educação" (Aula Magna dos cursos do Programa UAB em Moçambique, Maputo, 9.11.11).

Porém, para compreendermos por que o governo decidiu levar para o continente africano experiências avaliadas como positivas por seus resultados no processo de inclusão social precisaríamos contextualizar esta decisão no âmbito das políticas domésticas e das

[3] Os projetos estatais: Vale Moçambique (extração de carvao na região de Tete); ProAlimento (em parceria com o Japão, para agricultura familiar); ProSavana (desenvolvimento da agricultura – agronegócio - na região central do país); a fábrica de medicamentos antirretrovirais; a criação da Rede de Banco de Leite Humano; Alimentação Escolar, etc.

[4] Em 17.7.1996, foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), composta por 8 paises (Timor Leste/Ásia, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Principe, Cabo Verde, Portugal, Brasil). Representa 250 milhoes de habitantes, um mercado consumidor, e uma estimativa de 16 milhões de "falantes" em língua portuguesa na África.

políticas externas. É fundamental compreender esses contextos e fatores internos e externos que impulsionaram o governo nesta direção e, ao mesmo tempo, identificar instituições/agências e atores que atuaram a favor ou contra este direcionamento da política interna e externa. Além disso, situar-nos na passagem da conhecida e consolidada Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) - que emerge após a Segunda Guerra Mundial -, da Assistência Técnica para a Cooperação Técnica[5], da Cooperação Norte-Sul para, mais recentemente, a Cooperação Sul-Sul, da Cooperação Vertical para a Cooperação Horizontal tendo consciência das dificuldades em perceber com clareza essa passagem e o que no concreto diferenciaria discursos anteriores dos atuais.

Sem dúvida temas como política externa, relações internacionais, cooperação técnica, cooperação Norte-Sul, cooperação Sul-Sul se relacionam, intercruzam, interpenetram e se fecundam, mas nosso objetivo não é fazer uma análise dessas políticas nem um percurso histórico. Há estudos preciosos e produções acadêmicas vultuosas de diversos e diferentes grupos de pesquisa e de cientistas políticos e sociais brasileiros[6] que se debruçaram, analisaram e avaliaram, ao longo das últimas décadas, o resultado das decisões tomadas pelo governo brasileiro na sua relação com países do eixo norte e do eixo sul. O que estudiosos dizem a este respeito?

Em nosso estudo da tese, em andamento, propomos um corte temporal e espacial, limitando-o à Cooperação Sul-Sul no início do século XXI durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva - que a ela se referia com a terminologia "Cooperação Solidária" -, procurando compreender como esta cooperação se inseriu na política externa e doméstica brasileira. Espacialmente, nos referiremos à experiência de Cooperação Técnica Internacional no campo da Educação a Distância com Moçambique materializada pelo "Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique" (2010-2014).

Nesse artigo nos propomos fazer um debate teórico, embora ainda que inicial e incompleto, sobre a relação ou não entre a política externa, interna e as políticas públicas, entre as instituições políticas democráticas e a política externa, lócus de disputas para definir os rumos e das modalidades de Cooperação Internacional, e o que motiva e envolve uma Cooperação Técnica numa perspectiva Sul-Sul.

[5] Uma mudança não somente terminológica, mas, sobretudo, de enfoque por determinação da ONU, em 1959.
[6] Alguns destes grupos: a Rede Expansão, Renovação e Fragmentação das Agendas e dos Atores da Política Externa (Rede AAPE), lançada em 2006; UERJ- Rede de Atores e Agendas de Política Externa; O Centro Brasileiros de Relações Internacionais (CEBRI); UFRGS – Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) - Revista Brasileira de Estudos Africanos; UnB – Instituto de Relações Internacionais / IREL, etc.

Trata-se de um ensaio inicial de revisão bibliográfica sobre o tema a partir de um levantamento realizado no Banco de Teses da Capes, no Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e no Google Acadêmico. A leitura de alguns textos nos remetia à leitura de outros textos. Conseguimos reunir 129 artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, seis dissertações de mestrado, sete teses de doutorado e 14 obras abordando a temática da política exterior brasileira, da cooperação Brasil-África e, de maneira particular, a cooperação Sul-Sul com Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Além de obras publicadas e documentos oficiais do Itamaraty, da Agência Brasileira de Cooperação Internacional (ligada ao Ministério das Relações Exteriores) e de Dossiês realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2010, 2011 e 2013.

Quadro 1 - Número de artigos referentes à temática do estudo

Temas	Quantidade
Documentos Oficiais governo Brasileiro: MRE – Itamaraty, ABC, IPEA	18
Política externa internacional	*25*
Cooperação governos FHC, Lula, Dilma	31
Cooperação Brasil-África	21
Cooperação Brasil-Moçambique	8
Cooperação Técnica em Educação	6
Cooperação – categorias/conceitos	12
Cooperação histórico	03
Cooperação – Tipologia	05
Total	**129**

Fonte: Quadro elaborado pelo próprio autor.

Com base nestas obras, nos problemas de pesquisa e no objetivo traçado, construiu-se o referencial apresentado a seguir, que, para entendimento do estudo, traz ainda conceitos basilares e históricos nesta área.

APORTES NO CAMPO DA POLÍTICA EXTERNA E DOMÉSTICA

Pinheiro e Milani (2011) reconhecem a dificuldade em tentar conceituar ou definir política externa. No campo acadêmico há variadas denominações e compreensões tornando urgente a construção de categorias que permitam fazer a leitura deste campo epistêmico e social.

Não é nossa pretensão assumir aqui esta tarefa hercúlea. O que propomos é trazer algumas das reflexões produzidas pelos estudiosos de relações internacionais, de política externa e como esta é percebida em relação à política interna, à política doméstica.

Diferentes são as perspectivas e as visões que debatem a existência ou não da separação da política externa e da política interna, isto é, a doméstica. Lima (2000) coloca em diálogo correntes que foram hegemônicas até o ano de 2000, como a abordagem realista – dominante até o final do século XX -, a teoria estrutural - também denominada de neorrealista -, a visão otimista e a visão cética, com o objetivo de fazer uma análise da relação entre as instituições políticas democráticas e a política externa e analisar criticamente os argumentos destas correntes acerca da dificuldade de se compatibilizar esta relação.

A autora aponta que com o recente processo de liberalização política e de abertura econômica dos países periféricos – impulsionado pela globalização – o modelo clássico que percebia a política externa como campo específico, acima e desvinculado da política interna, perdeu força tornando sem sentido e artificial a separação ou a diferença ontológica entre a política externa e a doméstica, da mesma forma a oposição weberiana entre política – arena dos conflitos e dos interesses de grupos - e a burocracia – devotada para o "interesse e o bem nacional".

Para Pinheiro e Milani (2011), a antiga máxima de que a política externa iniciaria onde terminasse a política doméstica passou a não fazer mais sentido e a não ser mais percebida desta forma a partir das décadas de 1950 e 60. Pelo contrário, o plano doméstico passou a ser considerado como variável explicativa da política externa, do comportamento do Estado no plano internacional e que não é mais aceitável atribuir a um indivíduo carismático, ou a uma instituição/agência - como o Itamaraty -, o rumo ou as decisões da política externa.

Diversos estudos seminais apontados pelos autores Margaret e Harold Sprout (1956); Rosenau (1967) e Allison (1972) trouxeram para a arena do debate e das decisões a importância de fatores locais, de eventos políticos nacionais e atuação de atores domésticos na formulação das políticas externas, de que não eram menos relevantes que o contexto internacional como, no caso americano, o conflito do Vietnã (1965-1973) e a crise dos mísseis soviéticos em Cuba (outubro de 1962).

Porém, para os autores, essa visão passou a ser ofuscada, a ficar na penumbra, pelo surgimento da abordagem do realismo estrutural (ou neorrealismo) que teve grande aceitação com a publicação e divulgação da obra de Waltz, em 1979[7].

[7] *Theory of International Politics* (1979) é uma obra seminal de Waltz sobre análise neorrealista da política internacional. O autor propõe eliminar o componente doméstico da política externa, internacional e retomar a clássica separação entre interno/externo, nacional/internacional. A política nacional seria o domínio da autoridade, da administração e da lei. A política internacional seria o domínio do poder, da luta e da acomodação.

Todavia, apesar da baixa visibilidade da abordagem da Análise da Política Externa (APE), contribuições valiosas foram produzidas também por estudiosos brasileiros que buscaram nos modelos teóricos sobre processos decisórios ferramentas analíticas para entender o comportamento dos Estados periféricos em busca de sua autonomia. Pois, segundo autores como Moura (1980) e Hirst (1996, p. 15), as teses sistêmicas e estruturais[8] eram "insuficientes, quando não totalmente equivocadas" para compreender e explicar a atuação mais autônomas dos Estados periféricos.

Porém, no início deste milênio, com o crescente processo de globalização e internacionalização do capital, acontecimentos impulsionaram o resgate e a renovação de teses no campo da Avaliação de Política Externa. Alguns analistas como Hill (2003), Neack (2003) e Hudson (2005) chegam a se referir ao surgimento de uma *nova política externa* (p. 15).

Assim, frente ao surgimento de questões mais complexas e diversificadas novos conhecimentos e expertises se tornaram necessários. Os temas internos, ou seja os domésticos, ficaram mais próximos dos temas internacionais e sentiu-se a necessidade de buscar conhecimentos especializados em outras agências e instâncias fora da instituição Itamaraty (AMORIM, 2009), abrindo campo para a entrada em cena de uma diversidade de agências (governamentais ou não) e de atores de toda espécie envolvidos em questões de interesses locais e internacionais, públicos ou privados ou de causas públicas/sociais. Um movimento de baixo para cima.

Assim, com o envolvimento de outras agências e outros atores – nem sempre vinculados à burocracia governamental - interesses diversos entraram em cena, alguns não afinados ou acordados, às vezes conflitantes, com os interesses da política externa do governo, politizando ainda mais a arena da política doméstica e da externa.

Desta forma, a crença da distinção entre a política interna e a internacional, do distanciamento da política externa do cotidiano dos cidadãos acabou abalando, aos poucos, um dos pilares do realismo estrutural, desta corrente teórica que foi hegemônica, no campo das relações internacionais, durante o séc. XX, que reificou a noção de "interesse nacional" e serviu de marco interpretativo para estadistas, diplomatas, militares e analistas.

Porém, Pinheiro e Milani (2011, p. 19) reconhecem que muitos dos trabalhos realizados sob o prisma do realismo deram sua contribuição para compreensão da política externa

[8] O pensamento sistêmico é uma forma de abordagem da realidade que surge em contraposição ao pensamento "reducionista-mecanicista". Busca identificar as relações de fatos particulares com o todo, com o contexto em que o mesmo se situa; o que exige tratamento interdisciplinar. Por outro lado, a perspectiva estruturalista busca nas estruturas subjacentes aos fatos e às organizações elementos e traços comuns.

brasileira, mas a realidade (empírica, histórica e teórica) mudou tornando artificial a separação do doméstico com o internacional.

Haveria, então, a necessidade de estabelecer alguns pressupostos analíticos, de categorias e marcos teóricos para poder perceber a política externa como produto de decisões e ações de diferentes agências (não exclusivamente do Estado) e atores, como um "*continuum* entre o nacional e o internacional" e, talvez, distinguir política externa (que envolve princípios, valores, identidades) da ação externa (HILL, 2003 apud PINHEIRO; MILANI 2011, p. 17).

Lima (2000, p. 295), ao analisar a relação entre globalização, instituições públicas democráticas e a política externa, constata uma relação ou combinação de dois fatores que marcariam as jovens democracias, em particular da América Latina como a brasileira: programas de liberalização econômica (aumento de atores e diversificação de interesses – "demanda reprimida") e liberalização política – dando origem a uma nova fase que a autora nomeou de *"integração competitiva"*[9], a globalização contribuindo para fomentar o componente doméstico na formação da política externa.

Para a autora (2000, p. 276-7), essa dicotomia já tinha sido rompida pela sociologia histórica de Hintze (1975) - que vincula a esfera externa e interna -, e pelo modelo dos jogos de dois níveis, proposto por Putnam (1988) ao introduzir a causalidade doméstica na explicação de resultados internacionais, da solução cooperativa dos parceiros domésticos em qualquer negociação internacional.

Segundo estes autores, incluindo Max Weber (em sua obra Economia e Sociedade, 1920), o que poderia dar garantia de continuidade às políticas externas, aos compromissos internacionais seria a existência de uma burocracia profissional, de funcionários de carreira, estáveis, que teriam como características o "altruísmo", o "espírito público", o "interesse nacional". Mas o que seria este "interesse nacional"? Seria algo contingente que pode variar conforme o momento histórico?

Para Krasner (1978), o interesse nacional poderia ser identificado a partir dos discursos do governante quando este tivesse alto grau de autonomia em relação aos interesses diferenciados de grupos sociais e na condição de que nenhum segmento social seria prejudicado pela política externa adotada pelo governante.

[9] Competitividade entendida como "a capacidade de formular e implementar estratégias concorrenciais que permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição favorável no mercado" (FERRAZ et al., 1995, p. 3 apud CARVALHO, 2012, p. 14-5).

Porém, para Milner (1997), o interesse nacional é determinado não apenas por situações estruturais ou conjunturais, mas também como resultado de preferências, de lutas internas entre diferentes grupos, sendo que um dos quais leva a melhor.

Após analisar estas diferentes correntes, Lima (2000) sustenta que é a globalização que tem contribuído na superação do dilema política externa versus política interna. Haveria uma "politização interna da política externa" (LIMA, 2005), uma liberalização política fazendo com que o processo tradicional de formação da política externa, no caso latino-americano muito centrado no Executivo, num poder burocrático autônomo, como o Itamaraty, estaria sendo desafiado ganhando relevância o papel da política doméstica – com seus impactos distributivos internos - na formação da política externa.

Assim, o governante na definição de sua política externa passaria a "negociar interesses setoriais" (LIMA, 2000, p. 295); o componente causal doméstico influenciando a formação da política externa.

A política externa, então, atenderia interesses setoriais? E como ficaria a crença na relativa autonomia e insulamento burocrático do Itamaraty?[10] Este insulamento seria ainda possível num contexto de democratização do país?

Embora não se possa negar que, segundo Cheibub (1985), interesses setoriais sempre tiveram acesso à arena de formulação das políticas públicas, inclusive à política externa.

Por outro lado, em artigo posterior "A política externa brasileira e os desafios da Cooperação Sul-Sul", Lima (2005) aponta o "desinteresse relativo da opinião pública" – e mesmo dos meios de comunicação e das forças partidárias - pelas questões da política externa, o que, no entendimento da mesma, garante à burocracia diplomática bastante autonomia e continuidade de suas orientações.

Porém, ao entrarem em cena novos atores, novos temas e interesses domésticos o cenário vem se modificando, rompendo com o insulamento diplomático e reconfigurando a base político-institucional doméstica. Havia uma percepção entre as elites políticas e econômicas que o Brasil estaria destinando ao protagonismo internacional, a se tornar um ator

[10] Trata-se de uma estratégia que o Estado utiliza para se proteger das interferências de grupos, de organizações, de partidos para poder realizar suas metas, suas políticas prioritárias, separando a política da burocracia. No entendimento de Nunes (1997), "O insulamento burocrático é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. Ao núcleo técnico é atribuída a realização de objetivos específicos. O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel" (p. 54).

atuante e relevante na política internacional por ser uma potência econômica emergente e seu território continental ocupar posição privilegiada no cenário mundial.

Assim, sobretudo durante o governo do ex-presidente Lula o Brasil passou a atuar para se tornar protagonista no cenário internacional não somente por questões geopolíticas e econômicas, mas também por suas políticas sociais terem tido repercussão internacional.

Nesse sentido, para situarmos e entendermos a cooperação técnica e, de maneira particular, a cooperação Sul-Sul, a chave da compreensão dos discursos e das práticas a ela atrelada necessitamos entender também como o governo brasileiro tem atuado no campo da política externa.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Aqui também entramos num campo complexo e interdisciplinar enriquecido pela análise de cientistas sociais (de áreas como a Política, a História, a Economia, a Sociologia etc.) e de diplomatas que vêm procurando entender a forma de fazer política externa do governo brasileiro, por meio de suas agências – de segmentos da sua estrutura estatal -, de instituições e de atores, para inserir o Brasil na política internacional e num mundo globalizado e a presença de "intrusos" (BERTRAND, 2009 apud PINHEIRO; MILANI, 2011, p. 16).

Reforçamos que não pretendemos fazer uma Análise da Política Externa (APE)[11] do governo brasileiro, ou de verificar se se trata de uma política de Estado ou de governo, mas trazer ao debate diferentes interpretações e posições de comunidade epistêmica e que poderão auxiliar-nos em melhor situar a Cooperação Sul-Sul pensada e praticada nestas duas últimas décadas.

Inicialmente, é importante lembrar que a cooperação de maneira geral e a cooperação Sul-Sul de maneira particular é compreendida diversamente pelas diferentes abordagens que estudam as relações internacionais.

Ranucci (2015) faz um breve percurso pelas principais correntes teóricas de relações internacionais (realista, neorrealista, institucionalismo neoliberal, marxismo, constructivismo) que buscam explicar o que motiva o Estado, em sua política externa, a prestar ajuda a outro país não desenvolvido. Cada uma delas com enfoque diferenciador em relação à cooperação desde a percepção que é resultado de interesses econômicos dos doadores a motivos éticos e morais. Porém, no entendimento dela "os dados econômicos analisados nos dizem que não há relação

[11] Uma subárea da disciplina "Relações Internacionais" – desde 1954 - e que vem se constituindo em uma rede em acelerado crescimento.

linear positiva (entre comércio e cooperação) com todos os países, mas somente com alguns deles [...]" (p. 31).

Puente (2010), questiona a política discursiva do governo brasileiro, sobretudo durante o governo Lula que a proclama como sendo uma "cooperação solidária", uma cooperação entre pares. Para o autor, a política externa brasileira tende a ter como objetivo maior influência do Brasil em fóruns internacionais, garantindo a afirmação do país como potência global e não a cooperação como dádiva.

Hirst (2011) sustenta que, do ponto de vista internacional como dos processos domésticos, os tempos atuais das Relações Internacionais do Brasil e da Análise de Política Externa são outros. Segundo a prefaciadora da obra "Política externa brasileira" (2011, p. 9), o Itamaraty – que supostamente teria o papel institucional de conter as forças da transformação – representa "no plano cognitivo a chave da compreensão do processo de mudança".

Para Cheibe (1984, p. 129), ao estudar o desenvolvimento histórico da diplomacia brasileira e do Ministério das Relações Exteriores, no período por ele nomeado de "burocrático-racional" – que se estende de 1910 aos dias atuais -, o Itamaraty passaria a exercer influência decisiva na formulação das posições internacionais do Brasil, sobretudo após 1964.

Hirst (2011) insiste em sua análise crítica sobre a ação do Itamaraty e aponta uma dualidade no processo transformador dessa agência diplomática: a abertura da "casa" para novas agendas, novas vozes e novos atores; e, por outro lado, a perda da capacidade de centralização da sua agenda internacional, propiciando uma "lógica dispersiva" (p. 10). Em outras palavras, com a expansão da cooperação técnica e a diversificação das ações e programas implementados o Itamaraty não consegue mais focar sua atuação e obter resultados mais expressivos.

A isso soma-se outro fato que não pode ser secundarizado. A internacionalização do Estado, com novos vínculos com a comunidade internacional, estaria vinculada à ampliação das suas capacidades de articulação com o processo de globalização.

Porém, a autora ressalta que a fecundidade de ações em diferentes domínios (como a saúde, o meio ambiente, a educação, as políticas sociais e culturais) podem produzir um acervo de conhecimentos que "enriquecem e conduzem a formas inovadoras do pensar local sobre a inserção internacional do país" (p. 11), propiciando reflexões de riqueza inestimável para novos estudos.

COOPERAÇÃO SUL-SUL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL

No campo da política externa brasileira devemos reconhecer que a cooperação internacional não é tema novo. Desde a década de 1950, os diversos governos brasileiros que assumiram a gestão do País tiveram uma agenda – alguns mais incisiva outros menos – dirigida para atuar em ações de cooperação internacional como país receptor e, mais recentemente, também como país doador.

O primeiro aceno oficial à "cooperação horizontal" (Sul-Sul), para os estudiosos deste tema, surgiu em 1978, em Buenos Aires, na Conferencia Técnica entre Países em Desenvolvimento que reuniu 138 países.

Nos fins dos anos de 1980 as primeiras parcerias de assistência internacional se mostravam com caráter étnico, altruísta no discurso, mas eram motivadas por interessasses econômicos, políticos e militares, marcadas por posicionamentos hierárquicos e de desigualdade.

A partir de 1990, os países em desenvolvimento (por sua inserção mais igualitária na economia mundial) reivindicam outra maneira de estruturar as relações de cooperação a partir de uma conscientização que deveriam ser como "[...] parceiros integrais no processo de solução de seus problemas e não apenas recipiendários passivos de ajuda externa" (PLONSKI, 1994, p.371).

O Brasil entra no contexto de Cooperação Sul-Sul de maneira decisiva a partir da Conferência ocorrida em Buenos Aires, mas é a partir de 1990 que as ações estratégicas de cooperação internacional horizontal se intensificam, principalmente na relação com países da América do Sul e, posteriormente, com o Continente Africano. A cooperação técnica brasileira, mais do que a financeira e a humanista, registra crescimento significativo direcionado aos países vizinhos da América do Sul e países africanos.

Todavia, é durante o governo Lula que na Cooperação Técnica ganhou ênfase o discurso da Cooperação Sul-Sul, da "cooperação solidária". Durante seus dois mandatos, Lula realizou 33 viagens ao continente africano, visitou 23 países e abriu 19 embaixadas, sinal claro do redirecionamento da política externa brasileira – reaproximação Brasil-África (CONCEIÇÃO, 2015).

A África, durante o governo petista, foi a principal região destinatária de projetos de cooperação técnica brasileira, tendo representado, em 2010, 57% do total da execução

orçamental desta modalidade de cooperação (MILANI et al., 2016). São 38 os países africanos com os quais o Brasil mantém projetos de parceria. Moçambique é o que recebeu o maior número de projetos.

Como entender o que motivou o Brasil, considerado um "país emergente", de receptor passar a atuar também como doador? Que tipo de cooperação procurou-se desenvolver durante o governo Lula?

O discurso da dívida e de vínculos históricos, associado a uma afinidade cultural com países que compartilham a mesma língua, facilitaria o processo de transmissão de conhecimento e teria a chance de potencializar o intercambio e cooperação Sul-Sul? O seria mera retórica e promessa discursiva?

Cabral (2010) coloca que, apesar dessas facilidades e semelhanças, não se pode ignorar a limitada influência dos afrodescendentes brasileiros no seio das instituições políticas do Brasil, nem simplificar a diversidade dos contextos, suas particularidades políticas, antropológicas, sociológicas, fatores esses que podem comprometer estratégias de cooperação brasileira.

Cabral (apud JESUS, 2014) questiona a assistência brasileira, pois ela provê aos países parceiros de tecnologias, equipamentos e expertise. Isso criaria uma relação minimamente hierárquica entre os países na cooperação.

Outra questão é se de fato os princípios da parceria, da cooperação são colocados em prática, pois as pesquisas sobre Cooperação Sul-Sul permanecem, ainda, com lacunas de conhecimento sobre a realidade de implementação e seus efetivos resultados. Incluídas dentro das estratégias diplomáticas do país, as ações de cooperação internacional brasileira contribuíram para reforçar a denominação de uma "diplomacia solidária" – outra terminologia cara ao governo Lula.

Puente (2010) coloca que as práticas de cooperação realizadas por alguns países do Sul – incluindo o Brasil – reproduzem certos padrões da cooperação tradicional, com condicionalidade e outras razões implícitas. Argumenta que a completa horizontalidade na cooperação para o desenvolvimento não parece alcançável: "Reproduzir, na pratica, além de todo o discurso, a igualdade entre as partes, é tarefa complexa" (p. 38).

Outra questão é a dificuldade de transferência de políticas brasileiras de sucesso no Brasil, como Mais Alimentação, Bolsa Família e o Sistema Universidade Aberta do Brasil no contexto africano.

Pois, para efetivar uma cooperação Sul-Sul seria necessário considerar a capacidade de absorção por parte dos países africanos e a específica trajetória das políticas públicas brasileiras, o papel da sociedade civil e dos movimentos sociais na formação e desenvolvimento dessas políticas no Brasil. Esses são fatores que limitam a transposição de políticas no cenário brasileiro para outro contexto sem a devida adequação às necessidades do país que recebe auxilio.

Para alguns analistas a mudança na construção de um modelo de cooperação Sul-Sul, nas formas de relações internacionais, não significa revolução, pois o que acontece é uma mudança de escala, uma menor assimetria entre os países operantes, tendo como consequência uma diminuição dos investimentos e problemas em menores proporções.

Portanto, apesar dos discursos de cooperação Sul-Sul, os interesses econômicos, regionais continuam a orientar os projetos, mesmo que a etimologia da palavra leve ao entendimento do termo como realização de um trabalho conjunto.

EM BUSCA DE UM CONCEITO

Diante de práticas diferentes na implementação dos programas e projetos de cooperação e de referenciais diversos que buscam compreender as relações internacionais fica evidente como é desafiador para pesquisadores e estudiosos buscarem clarear teórica e metodologicamente o que seria uma Cooperação Sul-Sul.

As denominações mais diferentes, como cooperação Sul-Sul, Cooperação Horizontal, Cooperação Solidária, Cooperação entre Pares, Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, etc. já indicam que não há consenso, que há compreensões diferentes para a mesma terminologia e terminologias diferentes para dizer o mesmo conteúdo. Para Pinheiro e Milani (2011, p. 22) há dificuldades metodológicas e teóricas enfrentadas pelos acadêmicos "quanto ao uso de diferentes denominações para conceituar fenômenos iguais, ou denominações idênticas ou muito semelhantes para conceituar objetos distintos" ~~(p. 22)~~.

Portanto, na literatura não encontramos uma "definição única, ajustada e completa" (RINUCCI, 2015, p. 40) aceita por todos ao longo destas décadas.

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a cooperação técnica no Brasil é desenvolvida segundo duas vertentes: a cooperação horizontal (ou "Sul-Sul") e a cooperação recebida do exterior. Toma a cooperação horizontal como sinônimo de cooperação Sul-Sul e assim a define:

> A cooperação horizontal refere-se à cooperação técnica implementada pelo Brasil com outros países em desenvolvimento, por meio da qual o compartilhamento de experiências e conhecimentos disponíveis em um amplo espectro de instituições brasileiras junto a instituições de países interessados na cooperação com o Brasil permite promover o adensamento de suas respectivas relações em distintas dimensões, dentro do marco de uma política externa solidária no campo da Cooperação para o Desenvolvimento.

A Organização das Nações Unidas também a ela se refere como

> [...] a interação entre dois ou mais países em desenvolvimento que intentam lograr seus objetivos de desenvolvimento individuais ou coletivos mediante intercâmbios de conhecimentos, atitudes, recursos e conhecimentos técnicos [...] se trata de uma associação de colaboração entre iguais baseada na solidariedade" (ONU, 2004).

E no Plano de Ação de Buenos Aires (set. 1978), em que aparece pela primeira vez o termo "Cooperação Horizontal", aprovado por 138 países, lemos que:

> [...] é a modalidade de cooperação técnica internacional que se dá entre países em desenvolvimento, que compartilham desafios e experiências semelhantes. Ela difere da tradicional Cooperação Norte-Sul (onde países desenvolvidos do Hemisfério Norte colaboram com países em desenvolvimento do Hemisfério Sul) (UNPA, online, p. 35 - http://www.unpa.edu.mx/).

Estas são três das tantas definições que encontramos nos documentos de organismos internacionais e que, de maneira não muito precisa, procuram conceituá-la ou tentam definir alguns marcos de sua atuação.

A Cooperação Sul-Sul se daria entre "nações de uma mesma esfera de desenvolvimento, com problemas e caminhos comuns", países que compartilham desafios e experiências semelhantes. Significa não estar submetida a uma estrutura de hierarquia e/ou submissão a algum país ou organização, mas estruturada a partir de demandas das necessidades do país a ser atendido baseado na horizontalidade e não na imposição de condicionantes.

Para Ricci (2015) os princípios básicos da CSS podem ser resumidos na Horizontalidade, no Consenso e na Equidade. Se há dissensos em relação à sua conceituação e aos princípios que deveriam dar suporte à implementação de uma CSS, não se pode negar que ela tem evoluído historicamente para diversas modalidades e tem provocado e propiciado nova vitalidade nas relações internacionais com países em desenvolvimento diante de toda a discussão que vem sendo posta na revisão da estrutura de produção e da distribuição do poder no sistema internacional.

De fato, a partir de 2000 constata-se também um crescimento de Simpósios, Seminários, Conferências sobre a temática da Cooperação Sul-Sul, incorporando cada vez mais os países emergentes, como o Brasil. E, a partir de 2008, após o Encontro de Accra (Gana), os "doadores emergentes", como o Brasil, passam a ter peso político no cenário internacional e é criado um Grupo Tarefa na Coopera Sul-Sul para acompanhar e discutir a efetividade da ajuda para o desenvolvimento.

Para Celso Amorim (2007), ministro de Relações Exteriores no governo Lula, a CSS é parte fundamental da política exterior de qualquer país, pois estabelece laços diplomáticos e de amizade entre os países e, com isso, alianças estratégicas. Porém ainda são poucos os estudos que buscam analisar as bases teóricas e práticas da CSS e verificar se realmente ela se diferencia da cooperação tradicional (Norte-Sul), se é algo inovador e se realmente ocorre "cooperação".

A COOPERAÇÃO SUL-SUL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

A Cooperação Técnica brasileira no campo da Educação também é algo recente e tem se pautado no discurso da Cooperação solidária, da CSS. Acenamos, no início deste artigo alguns dos programas tidos como exitosos no Brasil e que foram e/ou estão sendo implementados em alguns dos países do Palop.

Porém, poucos são os estudos que se debruçaram sobre a cooperação técnica em educação. A maioria dos estudos têm se focado em outras áreas e modalidades da cooperação, como os recursos financeiros destinados a esse tipo de cooperação, a atuação no campo da agricultura, da saúde, implicações políticas dessa cooperação e a presença de empresas brasileiras em território africano.

A ABC somente em tempos recentes é que tem passado a prover, em parceria com a Capes, CNPq e MEC, cooperação educacional em território estrangeiro com vistas a "promover maior integração entre o capital humano formado e suas instituições locais de origem". Em 2010, à cooperação técnica em educação foi destinado 3,8% do total do orçamento da CID brasileira. Milani e et al. (2016) asseveram que, entre 2005 e 2013, a educação ocupou o 3º lugar entre todas as atividades da ABC. Isso tem levado o relatório de 2013 do IPEA/ABC a dedicar um capítulo separado e específico sobre "cooperação educacional".

Pinheiro e Beshara (2011) analisaram a participação do MEC na política externa brasileira para o Mercosul pondo ênfase na importância das atividades do MEC para reforçar a integração regional em consonância com a orientação política externa do governo.

Diovana Paula de Jesus (2015) analisou o contexto contemporâneo de internacionalização da educação superior por meio do "Programa de Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique". Baseado nos depoimentos de participantes do Programa no Brasil e em Moçambique e da leitura dos Projetos Pedagógicos dos quatro cursos implementados pelo Programa, a autora busca compreender como se deu o processo de cooperação entre as universidades brasileiras e as moçambicanas na construção desta experiência inédita. Aponta diversas falhas no processo de implantação e implementação, falhas apontadas pelos próprios participantes, falhas muito mais de caráter institucional do que pessoal, "vazios" e silêncios" institucionais que redundaram numa certa "volatilidade" dessa política de cooperação.

Tendo como objeto de pesquisa esse mesmo Programa, Gonzaga (2017) foca seu estudo num dos cursos oferecidos, o de Pedagogia que envolvia a Universidade Pedagógica de Moçambique e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A autora, tendo como suporte teórico os Estudos Culturais, analisa os documentos oficias produzidos pelo curso e as duas instituições envolvidas, além de narrativas, relatórios, artigos e entrevistas com os participantes na oferta do curso de Pedagogia. Constata o entendimento diferenciado do que seria essa "cooperação", sobretudo entre as duas universidades. Além de apontar lacunas e dificuldades vividas pelo Programa e pistas de possíveis temas de pesquisa, ressalta a importância desta experiência para se repensar a cooperação internacional educacional, a Educação a Distância, os processos formativos e de gestão.

Milani et al. (2016) centraram o estudo sobre cooperação internacional para o desenvolvimento analisando a atuação brasileira em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, como foco no caso Moçambique. Em relação a esses países destaca a importância que vem tendo a EaD e o papel da Unilab. Segundo os autores, durante o governo de Fernando

Henrique Cardoso, a cooperação educacional foi uma das principais portas de entrada do Brasil em Moçambique com projetos voltados para formação de professores alfabetizadores. Mais recentemente (2010-2016), teve o Programa de formação de professores e de funcionários públicos em nível superior numa parceria da Universidade Aberta do Brasil com as duas universidades públicas moçambicanas. A partir dos depoimentos de pessoas entrevistadas reconhecem que as percepções sobre este tipo de cooperação são positivas embora apontem algumas lacunas no processo de implementação e acompanhamento dos projetos aí desenvolvidos.

Rizzo (2015) vem desenvolvendo um projeto de pesquisa com o objetivo de examinar a promoção de modelos de políticas públicas na área educacional. Iniciou o estudo em Cabo Verde e, recentemente, em Moçambique. Embasada na Teoria Social e fazendo uso metodológico da História Oral se propõe analisar se de fato as relações são horizontalizadas e simétricas.

Candeas (2011) propõe que o Brasil fortaleça sua diplomacia acadêmica, intelectual e científica no âmbito de um *soft power* – na qual todos os parceiros ganham - em benefício de uma agenda positiva da sua política externa. E enumera uma diversidade de programas existentes no país e que poderiam ser estendidos para outros países, sobretudo da América Latina e o continente africano. Isso contribuiria para integração regional sobretudo dos países do Mercosul.

De forma geral, cabe salientar que os poucos estudos aqui apresentados trazem experiências e reflexões sobre a cooperação técnica no campo da educação – cinco deles voltados para o continente africano – e apontam a dificuldade, por parte dos pesquisadores, em encontrar suporte teórico e metodológico adequado para uma análise mais profunda sobre a cooperação, de maneira particular a propalada CSS.

AINDA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Embora de trate de uma revisão bibliográfica de uma parte do material coletado sobre política externa e cooperação técnica (particularmente a Sul-Sul), não podemos deixar de apontar algumas pistas que nos servirão de indicativo para dar prosseguimento ao nosso estudo sobre a cooperação do Brasil com Moçambique por meio de um Programa de EaD, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil.

Inicialmente, a percepção de que o êxito de algumas das políticas públicas, sobretudo no campo social e educacional, implementadas durante o governo Lula influenciaram o

direcionamento, num certo sentido, da política externa, de maneira particular a dirigida aos países do continente africano. Isso evidencia como não faz sentido estabelecer separação entre politica externa (internacional) e política interna (doméstica).

Percebemos também a dificuldade, por parte dos autores estudados, em caracterizar o que seria a cooperação Sul-Sul e em que se diferenciaria fundamentalmente da tradicional cooperação Norte-Sul. Uma diversidade de terminologias como "cooperação solidária, horizontalidade, simetria, colaboração entre pares, Sul-Sul, Sul Global, cooperação para o Desenvolvimento", cada uma focando num dos aspectos periféricos ou centrais que, talvez, pudesse caracterizar a cooperação Sul-Sul. Isso, acreditamos nós, pode ser reflexo da falta de uma base teórica, de um referencial mais aderente a essa nova realidade global e a essa aproximação dos países em desenvolvimento e emergentes para fazer frente a um sistema econômico e político cada vez mais excludente.

Um outro aspecto, apontado em alguns dos estudos mencionados e que a nosso ver é fundamental, é o pouco conhecimento que o Brasil tem sobre a África, sobre os países com quem realiza cooperação. Programas são "transferidos e implementados" nesses países – porque certas políticas públicas domésticas deram certo no Brasil - sem as instituições e as equipes que participam se debruçarem antes sobre o novo contexto, a história desse país e conhecer melhor o "outro" com quem irão "cooperar", suas experiências em educação, em EaD. Como diz Santos (1995):

> [...] Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul.
> (Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition. New York: Routledge)

Essa alerta de não ir sem conhecer antes para onde se vai, esse cuidado com o "outro", com quem pretendemos dialogar e trabalhar já tinha sido feita por Paulo Freire em sua obra "Cartas à Guiné-Bissau" (1978), a partir da própria experiência nesse país africano.

Podemos ainda mencionar, a partir também de nossa experiência na coordenação local do Programa UAB-Moçambique, a falta de um marco legal para que a cooperação técnica flua sem constrangimentos, sem as demoras da burocracia brasileira, sem as garantias legais da continuidade de um Programa e dos acordos firmados. Às vezes, corre-se o risco da improvisação, aposta-se que a vontade política irá resolver os problemas que forem surgindo no meio do caminho.

Enfim, entre as narrativas oficiais, as práticas discursivas que sugerem estar o governo brasileiro realizando cooperação Sul-Sul e as práticas das políticas externas parece existir

descompasso ou pouca clareza de entendimentos por parte das agências e dos agentes envolvidos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. **O Brasil e os direitos humanos**: em busca de uma agenda positiva. Política Externa, v. 18, n. 2, p. 67-75, 2009.

_____. Discurso do Ministro por ocasião da Assinatura do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Organização Internacional do Trabalho, OIT sobre a "Iniciativa de Cooperação Sul-Sul no Combate ao Trabalho Infantil" - Brasília, 14/12/2007. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br - Acesso em julho 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul . Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2013.

CANDEAS, Alessandro. Educação e política externa: por uma parceria diplomacia-universidade. In: PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. S. (Org.). **Política externa brasileira:** a política das práticas e as práticas da política. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 181-188.

CARVALHO, Clerisnaldo Rodrigues de. **Espaço Nacional e Integração Competitiva**: impasses das políticas territoriais no Brasil. Jundiai, SP.: Paco Editorial, 2012.

CHEIBUB, Zairo B. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

CONCEIÇÃO, Francisco da. Implicações Políticas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Moçambique: da Solidariedade Socialista à Trajetória Tradicional do Norte e à Experiência Emergente do Sul (1975-2013). **Tese de Doutorado**. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

GONZAGA, Kátia Valéria Pereira. Curso de Pedagogia em EaD do Programa UAB-Moçambique no contexto de uma Cooperação Internacional Sul-Sul: pressupostos para a construção do currículo de formação. **Tese de dourado** no Programa de Pós-Graduaçao em Educação: Currículo. PUC/SP, 2017.

GOUVÊA, Gilda Portugal. **Burocracia e Elites burocráticas no Brasil.** São Paulo: Paulicéia, 1994.

HIRST, Mônica. Prefácio. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Política externa brasileira***:* a política das práticas e as práticas da política. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HUDSON, Valerie M. **Foreign Policy Analysis:** Actor-Specific Theory and the Ground of International. Relations. Foreign Policy Analysis*,* 2005, 1, 1–30.

IPEA. Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010 / **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Agência Brasileira de Cooperação. – Brasília: Ipea: ABC, 2013.

_____. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento /** organizador: André de Mello e Souza. – [Brasília]: Ipea, 2014.

JESUS, Diovana Paula de. Educação a Distância entre realidades: cursos de graduação a distância brasileiros em Moçambique e a internacionalização da educação. Programa de Pós-graduação em Educação. **Mestrado em Educação**. Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

KRANSER, Stephan D. **Defending the National Interest**: Raw Materials Investments and U.S. Foreign Policy Princenton University. Paperback, 1978.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional,** v. 22. N. 2, jul./dez. 2000.

_____ . A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.** 48 (1): 24-59, 2005.

LOTTA, G.; CAVALCANTE, P.; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (2016). Do Insulamento Burocrático à Governança Democrática: transformações institucionais e a burocracia no Brasil. **10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política** (ABCP), Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro, 2016.

MILANI, C. R. S; CONCEIÇÃO, F. Carlos da; M´BUNDE, T. Saba (2016). Cooperação Sul-Sul em educação e relações Brasil-Palop. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p. 13-32, Jan./Abr. 2016

MILNER, Hellen V. **Interests, Institutions, and Information Domestic Politics and International Relations.** Paperback, 1997.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NUNES, E. D. O. **A gramática política do Brasil:** clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamon, 1997.

PINHIERO, Letícia; MILANI, Carlos R. S. Introdução. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Política externa brasileira**: a política das práticas e as práticas da política. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PINHEIRO, L.; BESHARA, G. Política externa e educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Política externa brasileira**: a política das práticas e as práticas da política. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 1499-180.

PLONSKI, G. A. A Administração de Projetos ligados à Cooperação Técnica Internacional. In: BRANDÃO, Z. (Org.). **A crise dos Paradigmas e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

PUENTE, C. A. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa:** a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento. CTPD – no período 1995-2005. Brasília: FUNAG, 2010.

RANUCCI, Marta. La Cooperación Sur-Sur como nueva dimensión de la política exterior brasileña em el gobierno de Lula: uma aproximación constructivista. **Tese de Doutorado** no Instituto Universitário de Investigación José Ortega-Gasset, Universidad Complutense de Madrid, 2015.

RIZZO, Aline D. da Graça. Cooperação Sul-Sul e Cabo Verde: cooperação técnica na área de educação. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, SC. 27-31 de julho 2015.

SANCHEZ, Michelle Ratton; SILVA, Elaini C. G. da; CARDOSO, Evorah L.; SPÉCIE, Priscila. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988*).* **Rev. Sociol. Polít**., Curitiba, 27, p. 125-143, nov. 2006.